

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE LETRAS

LUÍSA FERNANDA DE SOUZA

**A ARGUMENTAÇÃO E O DISCURSO DAS MÍDIAS:
um olhar sobre a argumentação no gênero editorial**

São Leopoldo
2021

LUÍSA FERNANDA DE SOUZA

**A ARGUMENTAÇÃO E O DISCURSO DAS MÍDIAS:
um olhar sobre a argumentação no gênero editorial**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciada em
Letras – Habilitação Português/Inglês,
pelo Curso de Letras da Universidade do
Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientadora: Profa. Dra. Sabrina Vier

São Leopoldo

2021

Aos meus pais, com muita saudade e muito amor.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que não estão mais aqui comigo, meu alento é pensar que os deixaria orgulhosos. Foi tudo que eu sempre quis. Pai, tu partiste tão cedo, lamento muito por não termos tido mais tempo juntos, que tu não tenhas conhecido a mulher que me tornei. Mãe, eu jamais imaginei que passaria pelos maiores marcos da minha vida adulta sem ti aqui, ao meu lado. Nada dói mais que a tua ausência.

À minha família, aquela que eu constituí. Meu companheiro de vida, Caio, obrigada por me apoiar em cada etapa, por me dar forças e todo o suporte que eu sempre precisei. O carinho e a compreensão nos momentos mais difíceis, por compartilhar a felicidade pelas minhas conquistas... Saiba que teu amor também me trouxe até aqui. Minha filha, Victória, por cada vez que preparou meu canto de estudo, deixando o computador ligado e minha garrafa de água do lado... Um gesto de cuidado tão simples, mas que mostra teu amor e tua gentileza, obrigada por me inspirar a ser melhor todos os dias. Essa conquista também é tua, filha.

À todas as professoras e aos professores do Curso de Letras desta instituição, que fazem parte do meu crescimento como pessoa e como profissional. À minha querida orientadora, Profa. Sabrina Vier, ou melhor, Bina. Tu nem sabes, mas a verdade é que eu te escolhi lá em 2014, naquele meu primeiro semestre. Tu tocaste meu coração com tua forma de ensinar, com teu amor pela linguagem e por ser tu, simples assim. Obrigada por me orientar, encorajar, não desistir de mim e acreditar em mim, mesmo quando eu achei que não era capaz.

Àquela que segurou minha mão e não me deixou desistir, nem desanimar, que acreditou mais em mim do que eu mesma, minha amiga, Amanda. Um verdadeiro presente que levo do Curso de Letras da Unisinos para toda a minha vida. O que Cristina Gibk juntou no Inglês II, lá em 2014, nada separa. Obrigada pela parceria, pelas confidências, por me inspirar a ser uma grande *teacher*, como tu és, e por dividir esse momento tão importante comigo.

Por fim, devo agradecer a mim mesma, à minha força de vontade para seguir em frente, à minha determinação e à minha perseverança. Tive todos os motivos para desistir pelo caminho, mas aqui cheguei, e trago comigo uma sensação de dever cumprido.

*“As mídias não são a própria democracia, mas
são o espetáculo da democracia.”*

(Patrick Charaudeau)

RESUMO

Tendo em vista que a argumentação é intrínseca à linguagem, com destaque ao contexto midiático, o presente estudo objetivou analisar como se dá a construção da relevância de um tópico explorado em textos do gênero editorial. O corpus é composto por três textos do gênero editorial, publicados entre maio e agosto de 2021, no EL PAÍS, no GZH e na Folha de S.Paulo, todos com a mesma temática: ameaças à democracia brasileira. Trata-se de um estudo qualitativo por meio da análise linguístico-discursiva à luz dos estudos de Patrick Charaudeau. Os resultados apontam que não há uma única forma de construir a relevância do tópico abordado no texto: a relevância é da ordem do discurso e, por isso, singular. Conclui-se que não há uma receita pronta para olhar para o texto e que, mesmo que existam padrões e marcas linguístico-discursivas características da argumentação, a significação é única de cada texto e de cada leitura que dele seja feita.

Palavras-chave: Argumentação. Editorial. Discurso.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1 O GÊNERO EDITORIAL	10
2.1.1 Relevância social do discurso midiático	11
2.2 O QUE É ARGUMENTAR?	13
2.2.1 Comentar o acontecimento: a argumentação no gênero editorial	14
2.2.2 Marcas linguísticas do <i>argumentar</i>	16
3 METODOLOGIA	20
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	21
4.1 EDITORIAL EL PAÍS: COM AS URNAS NÃO SE MEXE	22
4.2 EDITORIAL GZH: DEMOCRACIA INEGOCIÁVEL	29
4.3 EDITORIAL FOLHA DE S.PAULO: ENSAIO DE DITADOR.....	36
4.4 PROBLEMATIZANDO A CONSTRUÇÃO DA RELEVÂNCIA DO TÓPICO	43
5 CONCLUSÃO	45
REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

Quando ingressei no curso de Letras, minha compreensão do que era linguagem, gramática e texto era bem limitada, como logo percebi. Ao longo do curso, tive a oportunidade de desenvolver concepções muito mais amplas sobre os diversos contextos de uso da língua e as possibilidades de análise do texto.

Ao refletir sobre essa riqueza de possibilidades de estudo dentro do campo da Linguística, que é a área com a qual tenho maior identificação, concluí que gostaria de explorar o ato de argumentar, pois, como introduzem Koch e Elias (2016, p. 9), “Argumentar é humano. Oralmente ou por escrito, em nossas interações, estamos argumentando”.

É fato que vivemos em uma era de informação instantânea, em que estamos sendo bombardeados com novos fatos e opiniões a cada segundo. Com isso, a influência das mídias de massa sob a formação de opiniões fica ainda mais evidente. O volume de fontes é cada vez maior e mais diversificado, estando acessível para qualquer pessoa que tenha um aparelho celular com acesso à internet. Dito isto e visto que, com o advento das redes sociais, cada vez mais se espera um posicionamento de todos, sobre tudo, é mais do que oportuno olhar criticamente para argumentação presente no discurso midiático.

Percebe-se claramente que o que experienciamos atualmente é a era da *pós-verdade*, em que nem sempre os fatos objetivos são priorizados em razão de crenças pessoais e motivações subjetivas na formação de uma opinião pública (SIEBERT; PEREIRA, 2020). Por isso, evidencia-se uma necessidade cada vez maior por análises críticas do conteúdo produzido por meios midiáticos de massa. Isso porque estes são considerados grandes responsáveis pela formação da opinião pública, o que reflete diretamente nas estruturas da sociedade e na manutenção da democracia.

No entanto, analisar o discurso da mídia não se trata de uma proposição simples, conforme enfatiza Charaudeau (2019, p. 17)

Abordar as mídias para tentar analisar o discurso de informação não é uma tarefa fácil. É mesmo mais difícil do que abordar o discurso político. Isso porque, enquanto se admite no mundo político, de maneira geral, que o discurso aí manifestado está intimamente ligado ao poder e, por conseguinte, à manipulação, o mundo das mídias tem a pretensão de se definir contra o poder e contra a manipulação.

Mesmo assim, a intenção de analisar o discurso midiático em seu contexto de comunicação se justifica no próprio motivo de se apresentar um desafio (necessário): as estratégias de manipulação aqui encontram-se disfarçadas em escolhas argumentativas que acabam por construir a significação do acontecimento (CHARAUDEAU, 2019).

Em uma abordagem semiolinguística da linguagem, então, é possível afirmar que “O mundo não é dado a princípio. Ele se faz através da estratégia humana de significação.” (CHARAUDEAU, 2014, p. 20). Ou seja, as escolhas que fazemos ao falar sobre os acontecimentos do mundo acabam por delimitar os sentidos atribuídos aos fatos. Tais escolhas se mostram ainda mais definidas quando pensamos sobre gêneros do discurso cuja prática social objetiva a explanação de posicionamento e opinião, baseada em um projeto de argumentação. Nesse sentido, abordar as estratégias argumentativas presentes no discurso da mídia torna-se um caminho de grande importância para compreender de que forma se constrói a relevância de um determinado tópico, inserido em um determinado contexto sócio-histórico (CHARAUDEAU, 2014).

Desta forma, o tema da presente pesquisa é a relação entre argumentação e discurso das mídias, delimitando-se em olhar para a argumentação que se faz presente no gênero editorial, dentro do meio midiático. A pergunta-problema em que se baseia a pesquisa é: como se dá a construção da relevância do tópico desenvolvido na argumentação de textos do gênero editorial?

Portanto, o objetivo geral deste trabalho de pesquisa é analisar de que forma se constrói a relevância do tópico desenvolvido na argumentação em textos do gênero editorial na mídia. Sendo assim, definem-se os objetivos específicos:

- a) definir argumentação como prática social;
- b) analisar as marcas linguístico-discursivas dos textos;
- c) refletir sobre a construção da relevância do tópico desenvolvido nos textos.

Para responder à pergunta-problema e atingir os objetivos previamente definidos, serão analisados textos do gênero editorial que circulam pela mídia, no presente momento. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de cunho qualitativo, uma vez que não se pode resumir seus resultados a números, mas sim à uma análise de conteúdo do corpus selecionado.

Por fim, este trabalho está organizado em cinco capítulos, sendo este o primeiro, a introdução da pesquisa, com uma contextualização do tema, justificativa da relevância da escolha do problema a e definição dos objetivos, geral e específicos. No segundo capítulo, intitulado Fundamentação teórica, encontra-se delineado todo o embasamento teórico da pesquisa, que tem por principal referência Charaudeau (2014 e 2019). No terceiro capítulo, intitulado Metodologia, são explanados os procedimentos metodológicos da pesquisa. No quarto capítulo, intitulado Análise e discussão dos dados, encontra-se a análise e a respectiva discussão dos dados que compõem o corpus da pesquisa. Finalmente, no quinto e último capítulo, intitulado Conclusão, encontram-se as considerações finais sobre o percurso da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, serão abordados os principais conceitos teóricos para embasamento da análise linguístico-discursiva que dar-se-á nos próximos capítulos.

2.1 O GÊNERO EDITORIAL

Para um embasamento teórico desta pesquisa, é essencial identificar e esclarecer quais são as características que definem o gênero editorial. Três aspectos precisam ser considerados quando buscamos definir um gênero textual ou discursivo, conforme afirma Charaudeau (2019, p. 204): “o de *lugar de construção do sentido* do texto, o de *grau de generalidade* das características que definem a classe, o do *modo de organização discursiva* dos textos.”. Ao falar de gêneros de informação midiática, mais especificamente, podemos defini-los ao cruzar “um tipo de *instância enunciativa*, um tipo de *modo discursivo*, um tipo de *conteúdo* e um tipo de *dispositivo*” (CHARAUDEAU, 2019, p. 206).

No *Dicionário de gêneros textuais*, encontramos a seguinte definição para o verbete *EDITORIAL*:

[...] artigo de opinião em que se discute uma questão/assunto ou acontecimento relevante - local, nacional ou internacional - relativo ao imediato. De estilo impessoal, apresenta o ponto de vista do jornal, da empresa jornalística ou do redator-chefe, da emissora de rádio ou televisão ou do responsável pelo programa e não vem assinado, diferentemente dos artigos de opinião. É conhecido também como artigo de fundo. Geralmente circula em página nobre do jornal, chamada página editorial, com outros gêneros (charge, artigo...) por representar a opinião independente e autônoma de diretores e editorialistas. Em casos especiais, quando o tema é de suma relevância, o editorial pode aparecer na primeira página do jornal. Quanto ao estilo, o editorial, uma espécie de ensaio curto, possui traços peculiares: breve sempre, mas equilibrado, denso ou leve, conforme a linha ou o próprio "estilo" do veículo jornalístico. (COSTA, 2012, p. 108-109).

A partir dessa definição, portanto, poderíamos estabelecer que, para o gênero editorial, a instância enunciativa é interna, visto que o texto parte de dentro da própria instituição. O modo discursivo do editorial é o “acontecimento comentado”, já que se propõe a opinar sobre os fatos, não apenas a relatá-los. O conteúdo temático é diverso, mas, essencialmente, toma tópicos polêmicos e/ou relevantes da atualidade como objeto de comentário. O dispositivo trata do suporte midiático, que,

para o editorial são, principalmente, jornais e revistas, impressos ou em versão digital (CHARAUDEAU, 2019).

O editorial é, portanto, um texto de opinião que revela o posicionamento da instituição que o publica, diferenciando-o do artigo de opinião, que é assinado por um colunista e representa o ponto de vista daquele sujeito em específico. O editorial “analisa, clarifica, expõe, interpreta, esclarece o que é obscuro” (KOCHE, 2013, p. 60), logo, é da ordem da argumentação. Ao produzir e publicar um texto desse tipo, entende-se que há um propósito comunicacional de convencer o leitor de que aquele posicionamento apresentado é o mais acertado. O fato de representar a opinião do veículo de comunicação como um todo, é uma característica que tende a agregar valor à construção de sentido proposta por sua publicação.

2.1.1 Relevância social do discurso midiático

De acordo com Charaudeau (2019), os organismos de informação funcionam a partir de duas lógicas: a econômica e a simbólica. Uma lógica econômica, visto que toda instituição de informação é uma empresa e, portanto, segue a ordem de mercado, buscando produzir um produto que tenha capacidade comercial. Uma lógica simbólica, uma vez que há um propósito inerente de fazer parte de um processo de construção da opinião pública. Charaudeau (2019) questiona ainda se, e o quanto, a lógica econômica é capaz de influenciar a lógica simbólica.

A construção da relevância social do discurso está condicionada – mas não determinada por – aos termos específicos da situação de comunicação em que se encontra. Segundo Charaudeau (2019, p. 67), “A situação de comunicação é como um palco, com suas restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui o seu valor simbólico”. Locutor e interlocutor são atores, cada um com seu papel designado neste palco preestabelecido, que é também co-construído por seus projetos de fala, cada um com suas intencionalidades e desejáveis finalidades nas trocas comunicativas.

Das atividades discursivas midiáticas, o editorial se propõe a *comentar o acontecimento*. Trata-se de uma atividade discursiva que complementa a atividade de relatar o acontecimento, com um propósito muito mais complexo. Dentre as possíveis finalidades do contrato de comunicação presente no discurso das mídias, o objetivo do editorial se encontra em uma *visada incitativa*. A visada incitativa do

discurso busca o “fazer crer”, ou seja, o objetivo principal é que o leitor aceite como verdadeiro e/ou correto aquele posicionamento apresentado no texto do editorial (CHARAUDEAU, 2019).

Ao comentar o acontecimento, o editorial vai problematizá-lo, vai construir hipóteses sobre ele, vai trazer provas e impor conclusões. Ao empreender este projeto de comunicação, o texto implica o leitor, exigindo dele que avalie, rejeite, identifique-se, concorde ou discorde, enfim, que seja levado a analisar e refletir não só sobre o comentário em si, mas sobre o próprio acontecimento (CHARAUDEAU, 2019).

Considerando que há uma relação de influência entre a lógica econômica e a lógica simbólica que regem o discurso dos organismos midiáticos, há também uma necessidade de avaliação crítica desse discurso. Apesar da dita neutralidade nos jogos de poder e manipulação, o discurso das mídias de informação tende a exercer um papel inevitável na construção da significação de uma problemática de mundo. Sendo assim, o discurso midiático que comenta os acontecimentos, assim como no gênero editorial, encontra-se em um paradoxo, pois, conforme argumenta Charaudeau (2019, p. 187)

O comentário midiático corre o risco constante de produzir efeitos perversos de dramatização abusiva, de amálgama, de reação paranoica. Assim, a instância midiática procura, para compensar tais efeitos, multiplicar os pontos de vista e colocar num plano de igualdade os argumentos contrários. Talvez esteja aí a especificidade do comentário jornalístico: uma argumentação que, certamente, bloqueia a análise crítica, mas que, pela sua própria fragmentação, sua própria multiplicidade de pontos de vista, fornece elementos para que se construa uma verdade mediana. É uma atitude discursiva que aposta na responsabilidade do sujeito interpretante.

Dito isso, considerando os objetivos desta pesquisa, conclui-se que existe a necessidade de uma análise livre de ingenuidade e baseada em uma visão crítica e responsável do contexto sócio-histórico em que cada texto é produzido e publicado. Para tanto, é fundamental retomar as definições do que é argumentação e de que forma esta encontra-se inserida no propósito comunicativo do gênero editorial.

2.2 O QUE É ARGUMENTAR?

Muito se tem a dizer sobre o que é argumentação ou o que é argumentar, desde a Antiguidade, em que Retórica grega revolve em torno da argumentação, considerada a arte de persuadir e seduzir (CHARAUDEAU, 2014). Para os objetivos desta pesquisa, sob uma perspectiva semiolinguística de análise do discurso, os conceitos de argumentação presentes nos estudos de Charaudeau são os mais pertinentes, afinal, há um interesse em explorar a finalidade comunicacional da argumentação (CHARAUDEAU, 2004).

Nas definições de Charaudeau (2014, p. 203), busca-se “[...] compreender como funciona a mecânica do discurso argumentativo; ou seja, não um tipo de texto, mas os componentes e procedimentos de um modo de organização discursivo [...]”. Para isso, Charaudeau (2014) defende que a argumentação não se define apenas pelos aspectos linguísticos do texto. Assim, não está limitada pelo uso de determinados conectores em certa conexão de ideias. Isso acontece porque muito do que diz respeito à argumentação encontra-se implícito no texto.

De acordo com Charaudeau (2014), para que haja argumentação, faz-se necessária uma relação triangular. Esta relação se estabelece entre uma “*proposta sobre o mundo que provoque um questionamento em alguém quanto à sua legitimidade*” (2014, p. 205); um sujeito argumentante, que se encontra engajado em relação ao questionamento, e desenvolva um raciocínio buscando *estabelecer uma verdade* quanto à proposta; e um sujeito alvo, que também tenha relação com o projeto de fala e a quem se direciona o sujeito que argumenta.

Charaudeau (2014) afirma ainda que, do ponto de vista do sujeito argumentante, argumentar é uma atividade discursiva que faz parte de duas buscas: a *busca de racionalidade* e a *busca de influência*. A busca de racionalidade se dá pela proposição em *estabelecer um ideal de verdade em sua proposta sobre o mundo*. Porém, tal ideal passa pelos filtros da experiência pessoal do sujeito e pelo filtro do universo discursivo de explicações. Pelo fato de que nenhum sujeito é ingênuo, trata-se, então, de uma busca pelo *mais verdadeiro*, que está vinculado ao contexto sociocultural compartilhado. Já a busca de influência trata de um *ideal de persuasão*, em que há um interesse em compartilhar com o outro de um universo de discurso, fazendo com que haja um compartilhamento das mesmas propostas.

Charaudeau (2014) explica que, “fazer aderir”, “fazer compreender”, “manipular o outro” são *objetivos de comunicação*, e diferem de “seduzir” e “persuadir”, que são resultados do emprego de alguns *meios discursivos*. Enfatiza ainda que, embora argumentar seja uma atividade que propõe inúmeros procedimentos, o que difere tais procedimentos de outros modos discursivos é estarem ligados a uma *finalidade racionalizante* e um jogo de raciocínio, definido por uma lógica e um *princípio de não contradição*.

Por fim, o que irá determinar se um ato de linguagem é argumentativo ou não, é a situação de comunicação em que é produzido. Dependerá, então, da identidade e intencionalidade do sujeito que empreende o ato de linguagem, do contexto e tematização e da apresentação material em que se encontra. Dessa forma, a argumentação é

[...] considerada uma prática social (ordinária ou erudita), na qual o sujeito que quer argumentar se encontra restringido pelos dados da situação comunicacional a que se subordina e, ao mesmo tempo, livre para jogar com essas restrições, dispondo de uma margem de manobra que lhe permite realizar seu próprio projeto de fala e trabalhar estratégias. (CHARAUDEAU, 2004, p. 37).

Portanto, a argumentação não se trata de um privilégio a ser usufruído apenas por quem possui maior poder e/ou conhecimento, em situação de dominância. É sim, uma prática social, uma atividade linguageira que se dá na troca entre parceiros em um ato de comunicação, parceiros que jogam com as possibilidades de manipulação do discurso (CHARAUDEAU, 2004).

2.2.1 Comentar o acontecimento: a argumentação no gênero editorial

Segundo Charaudeau (2019), no discurso midiático, há uma linha tênue entre descrever fatos e tecer comentários. Acontece que, a visada informativa de fazer saber acaba por implicar um “explicar” dos fatos, uma vez que o porquê dos fatos acompanha sua própria existência, fazendo com que o descrever o acontecimento leve a um “acontecimento comentado”.

Para Charaudeau (2019), nesse contexto, a mecânica argumentativa se dá em três movimentos: problematizar um propósito, elucidar e avaliar seus diversos aspectos. A problematização está baseada em três atividades mentais: “emitir um

propósito (o tema de que se fala), inseri-lo numa proposição (o questionamento) e trazer argumentos (persuadir)” (CHARAUDEAU, 2019, p. 177). A elucidação é a exploração do como e do porquê dos fatos. Elucidar é explicar o que está obscuro, desvendar o que significa. Ao elucidar, as mídias se propõem a esclarecer implicações, circunstâncias e intenções dos sujeitos envolvidos nos acontecimentos. Por fim, avaliar é o próprio sujeito, com suas projeções e opiniões, *colocado* no comentar o acontecimento. Há uma ilusão de que as mídias deveriam ser sempre neutras, mas a avaliação, com a opinião e o ponto de vista pessoal, acaba por transparecer, conscientemente ou não, pelas escolhas textuais. No gênero explorado aqui, o editorial, *espera-se* que esse posicionamento, essa avaliação, transpareça.

Assim, os editorialistas encontram-se em posição desconfortável, visto que estão restritos a um engajamento pontual, diretamente dependente de uma moral social que está baseada em critérios de ordem humanitária. Ou seja, apresentam um engajamento que se submete à interpelação do leitor, o cidadão. Por estarem submetidos à uma restrição de credibilidade imposta pelo contrato de comunicação, editorialistas devem manter uma posição distanciada de opiniões tendenciosas a respeito dos acontecimentos (CHARAUDEAU, 2019).

Charaudeau (2019, p. 184) aponta, porém, que há um paradoxo ligado ao movimento de desenvolver um posicionamento que deve ser distanciada, não tendencioso, mas que deveria informar o cidadão, auxiliando-o no processo de formação de uma opinião: “Que tipo de engajamento pode ter o sujeito que procura comentar fatos, sabendo que não pode tomar partido, mas querendo, ao mesmo tempo, interpelar a consciência cidadã? E como interpelar sem tomar partido?”.

Por fim, Charaudeau (2019) classifica os gêneros de informação midiática em uma tipologia que se define na intersecção de uma base horizontal formada pelos principais *modos discursivos* de tratamento da informação – “acontecimento relatado”, “acontecimento comentado” e o “acontecimento provocado”, atravessada por um eixo vertical formado pelos tipos de instância enunciativa, superpostas pelo *grau de engajamento*. Nessa classificação, o gênero editorial encontra-se no eixo do “acontecimento comentado”, conforme já dito, em uma *instância interna*, de dentro do organismo midiático, e na posição mais extrema do grau de engajamento. Ou seja, tratamos aqui do gênero de informação midiática que, presumivelmente, desenvolve o projeto argumentativo mais engajado.

2.2.2 Marcas linguísticas do *argumentar*

Para possibilitar a análise dos textos que serão o objeto de estudo da pesquisa que embasa este trabalho, é preciso estabelecer os parâmetros que fundamentarão tal análise. Para isso, seguimos explorando os estudos de Charaudeau (2014; 2019). Sobre os componentes da lógica argumentativa, Charaudeau (2014) explica que três elementos de base compõem uma *relação argumentativa*, são eles:

- a) A asserção de partida (A1) – dado, premissa ou colocação inicial sobre o mundo;
- b) A asserção de chegada (A2) – conclusão da *relação argumentativa*, aquilo que deve ser aceito a partir da A1, em uma relação de causalidade;
- c) A asserção de passagem – passagem entre A1 e A2, que representa um *universo de crença* a ser compartilhado pelos interlocutores implicados pela argumentação. Geralmente implícita, essa asserção pode ser chamada de prova ou argumento que valida a relação entre A1 e A2.

Além das categorias da Implicação e da Explicação, outras relações lógicas podem assumir a articulação do modo de encadeamento de causalidade presente na relação argumentativa. Segundo Charaudeau (2014), são elas:

- a) A conjunção – exemplo: “*Parte de manhã bem cedo e não encontrarás engarrafamento na estrada*” (2014, p. 211);
- b) A disjunção – exemplo: “*Termine o dever ou não irá ao cinema hoje à noite*” (2014, p. 211);
- c) A restrição – “relação de causa e consequência cuja conclusão esperada é anulada e substituída por uma asserção contrária” (2014, p. 211);
- d) A oposição – exemplo: “**Enquanto alguns pensam** que somente a educação da população pode trazer uma resposta a este flagelo, **outros proclamam** que é necessário enfrentar a realidade” (2014, p. 211);

- e) A causa – tipicamente expressa por “A1 **porque** A2” (2014, p. 211);
- f) A consequência – expressa por “A1 **portanto (logo)** A2’ ou ‘**Se** A1, **então** A2” (2014, p. 211);
- g) A finalidade – expressa por “A1 **para** A2” (2014, p. 211).

Charaudeau (2014, p. 211) ainda observa que

a relação argumentativa de causalidade nunca é puramente formal. Ela depende, com efeito, tanto do conteúdo semântico das asserções – e, portanto, das relações de sentido que se estabelecem entre elas – quanto dos tipos de vínculo (ou condições lógicas) que caracterizam a relação A1 → A2, enfim, do escopo do valor de verdade da Proposta em seu conjunto.

Sobre as condições de realização da relação argumentativa, Charaudeau (2014) explica que a passagem entre A1 e A2 se dá por uma inferência que estabelece um *vínculo modal*, situado no domínio do *possível*, do *necessário* ou do *provável*. No eixo do *possível*, A2 não é a única conclusão de A1, ou seja, é da ordem do *possível*, que é uma entre outras possibilidades. O vínculo entre A1 e A2 também pode ser da ordem do *provável*, em que a conclusão imposta depende de variáveis ou circunstâncias que aumentam ou diminuem a sua probabilidade. O vínculo modal entre A1 e A2 pode ainda ser da ordem da *presunção*, em que, na falta de indicação contrária, a conclusão A2 acaba por se impor. No eixo do *obrigatório*, A2 obrigatoriamente representa a conclusão de A1. Neste caso, o vínculo modal pode ser da ordem do *necessário*, mesmo podendo haver condições, a conclusão A2 é obrigatória entre outras. O vínculo pode ser também da ordem do *indiscutível*, em que “A2 é a conclusão que se impõe diante de A1, na medida em que a negação de A2 provocaria a negação de A1, mas nada garante que A1 seja a única asserção que possa ter essa relação com A2” (2014, p. 212). Por fim, o vínculo modal pode ser da ordem do *exclusivo*, A2 é a conclusão de A1, pois sua negação implicaria a negação da outra, até porque somente A1 se encontra nessa relação com A2.

Outro componente da lógica argumentativa abordado por Charaudeau (2014) é o escopo do valor de verdade. Este abrange a proposta como um todo, ou seja, o conjunto da relação argumentativa encontra-se sob o escopo do valor de verdade: “‘para todos os casos’ (generalização), ‘para um caso específico’ (particularização), ‘para um caso suposto’ (hipótese)” (2014, p. 213).

As combinações entre os componentes da lógica argumentativa originam *modos de raciocínio*, que organizam a lógica argumentativa em relação à *razão demonstrativa*. O primeiro modo de raciocínio abordado é a dedução, “que se baseia em A1 para chegar a uma conclusão A2, conclusão que representa a sequência, o resultado, o efeito, a consequência mental [...] da tomada em consideração de A1, através de uma *inferência*.” (CHARAUDEAU, 2014, p. 214). Na dedução, A1 é a causa de A2, estando então em uma relação de causalidade que se orienta da causa para a consequência. Assim, concluem-se diversos tipos de dedução: por silogismo, pragmática, por cálculo, condicional etc. (CHARAUDEAU, 2014).

Outro modo de raciocínio é a explicação, que, de acordo com Charaudeau (2014), é simétrico ao anterior e se baseia em A1 para chegar a A2, porém a origem/causa está em A2, sendo A1 a consequência então. Neste caso, a relação de causalidade se orienta da consequência para a causa. Assim como a dedução, a explicação pode se dar de várias formas: por silogismo, pragmática, por cálculo e hipotética.

Um terceiro modo de raciocínio é a associação, que utiliza a *Conjunção*, a *Causa* ou a *Consequência* como forma de encadeamento, caracterizando-se por colocar A1 e A2 em uma relação de contrário ou identidade. A associação dos contrários, argumenta Charaudeau (2014, p. 216), “deveria ser eliminado como procedimento de argumentação, uma vez que não atende ao *princípio de não contradição*.”, sendo encontrado em textos com finalidade estratégica tende à sedução mais do que à persuasão, como em textos de publicidade, críticas humorísticas ou declarações políticas. A associação do idêntico, por sua vez, poderia ser desconsiderado também como procedimento de argumentação por sua redundância, afirma Charaudeau (2014). Porém, quando utilizado em uma argumentação fraca, pode causar um efeito de diversão e cumplicidade.

A escolha alternativa, como modo de raciocínio, está para o *dedutivo* e *explicativo*, colocando em “oposição duas relações argumentativas ($A1 \rightarrow A2$ e $A'1 \rightarrow A'2$), deixando a possibilidade de escolher entre as duas, ou mostrando a incompatibilidade que resultaria da conjunção das duas.” (CHARAUDEAU, 2014, p. 218). O raciocínio paradoxal evitado pode evidenciar: uma simples incompatibilidade; uma escolha entre positivo/negativo; uma escolha entre duas negativas (dilema) ou ainda uma escolha entre duas positivas (dilema).

Por fim, o modo de raciocínio da concessão restritiva, que também está inscrita em um raciocínio *dedutivo*. Nesse modo, aceita-se A1 como verdadeira, fazendo uma concessão, porém contesta-se a conclusão proposta, negando-a ou modificando-a: “A1, certamente, mas em lugar de A2, A’2.” (CHARAUDEAU, 2014, p. 218). Este modo de raciocínio encontra-se em situações de troca polêmica, destacando *análises e comentários jornalísticos*, que buscam pesar os prós e os contras.

Neste capítulo apresentei e comentei os seguintes tópicos: como se caracteriza o gênero editorial; o que é argumentação/argumentar; como a argumentação se apresenta no gênero editorial; e, por fim, quais são as principais marcas linguísticas do discurso argumentativo. Sendo assim, finalizo este capítulo tendo apresentado o embasamento teórico necessário para desenvolvimento da análise de dados da pesquisa.

3 METODOLOGIA

Retomando a introdução deste trabalho, os objetivos específicos estabelecidos são: *definir* argumentação como prática social, para *analisar* marcas linguístico-discursivas com a finalidade de *refletir* sobre a construção da relevância de tópicos abordados em textos do gênero editorial. Para isso, este trabalho fundamenta-se em uma pesquisa de método qualitativo, que “abrange um paradigma fenomenológico [...] de interpretação [...]” (AZEVEDO; MACHADO; SILVA, 2011, p. 44). Quanto ao nível, trata-se de uma pesquisa explicativa, visto que visa analisar, explicar, avaliar e entender a razão e o porquê dos fenômenos (GIL, 2008).

O corpus de estudo é composto de três textos, do gênero editorial, publicados em jornais de âmbito nacional, no período de maio a agosto de 2021, que abordam a mesma temática: a ameaça à democracia no país. A temática não foi escolhida ao acaso. De uma grande variedade de textos pré-selecionados, sobre diferentes temas, este é o que faz maior sentido para o propósito desta pesquisa, considerando também o contexto socio-histórico em que estamos inseridos.

Será empregada uma técnica de análise de discurso (linguístico-discursiva), identificando e analisando as marcas linguístico-discursivas do modo argumentativo presentes no gênero editorial, considerando o contexto da situação de comunicação em que os textos foram produzidos (AZEVEDO; MACHADO; SILVA, 2011). Para isso, considerar-se-á os conceitos apresentados no capítulo de fundamentação teórica deste trabalho.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo, serão analisados três exemplos de textos do gênero editorial, publicados em diferentes jornais brasileiros, entre os meses de maio e agosto do ano de 2021, para averiguar de que forma se constrói a lógica argumentativa nesses textos. Em comum entre eles, está a temática de ameaças antidemocráticas que o país vem enfrentando, em especial nos últimos meses.

Na posição de *sujeito analisante* de um ato de linguagem, faço-me ciente de estar “em uma posição de *coletor* de pontos de vista interpretativos e, por meio da comparação, deve[-se] extrair constantes e variáveis do processo analisado.” (CHARAUDEAU, 2014, p. 63). Nesse sentido, não há como dar conta de compreender, em sua totalidade, a intenção do *sujeito comunicante*, nem tão somente do ponto de vista do *sujeito interpretante*, há de se buscar o encontro dos processos de produção e de interpretação (CHARAUDEAU, 2014).

A busca por esse processo se dará por duas vias:

- a) a construção da relação argumentativa;
- b) as marcas linguísticas que deixam rastros sobre a relevância do tópico.

Assim sendo, inicio as análises dos textos selecionados, partindo do editorial do jornal EL PAÍS Brasil, seguido pelo editorial da GaúchaZH e finalizando com o editorial do jornal Folha de S.Paulo.

4.1 EDITORIAL EL PAÍS: COM AS URNAS NÃO SE MEXE

1 **Com as urnas não se mexe**

2 Bolsonaro solapa a democracia brasileira ao criar desconfiança sobre o sistema de
3 votação

4 A menos de um ano e meio para as eleições presidenciais, Jair Bolsonaro
5 embarcou em uma lesiva campanha de descrédito do atual sistema de votação com
6 urnas eletrônicas. Adotada há 25 anos, a urna eletrônica se destaca, segundo as
7 autoridades eleitorais, por sua eficácia, segurança e transparência, sem ter dado
8 lugar a nenhum incidente relevante em todo esse tempo. Com uma extensão de 8,5
9 milhões de quilômetros quadrados e algumas das zonas habitadas mais inacessíveis
10 do mundo, o Brasil utiliza um sistema que, com razão, é admirado em muitos outros
11 lugares.

12 Mas, seguindo o rastro de Donald Trump, Bolsonaro decidiu, antecipando-se
13 à campanha pela reeleição, lançar a sombra da fraude, ao semear constantes
14 dúvidas sobre a confiabilidade do sistema de votação. Não é a primeira vez que faz
15 isso. Na campanha em que foi eleito, em 2018, insistiu repetidamente que só
16 aceitaria o resultado se vencesse as eleições. E, numa repetição daquela estratégia,
17 vem há meses alertando para “problemas piores que nos EUA” depois das eleições
18 de 2022 no Brasil. Agora, uma comissão do Congresso pode debater uma reforma
19 constitucional que permita a cada eleitor receber uma cópia impressa do seu voto,
20 possibilidade que até agora era recusada.

21 A realidade é que, desde a implementação do atual sistema de voto por urna
22 eletrônica, não houve prova alguma de fraude nas eleições feitas no Brasil. Além
23 disso, seis meses antes de cada eleição a Justiça Eleitoral divulga o código-fonte do
24 sistema para que seja auditado por diversos órgãos oficiais (como o Ministério
25 Público) e privados (como a OAB). A partir daí, os controles são contínuos. Ao longo
26 de todo o processo, a urna jamais é conectada à internet, e durante uma semana
27 programadores, *hackers*, policiais e partidos políticos são convidados a atacar o
28 sistema para detectar possíveis vulnerabilidades. O resultado é que o sistema
29 brasileiro não foi posto em xeque nem dentro nem fora do país, salvo em redutos
30 conspiracionistas, até agora marginais, mas em cujas teses Bolsonaro se baseia,

31 principalmente quanto à possibilidade de auditar a votação. A frase “voto impresso e
32 auditável” se tornou um dos mantras dos partidários do presidente.

33 É legítimo ponderar formas de melhorar o sistema, mas não erodir a
34 confiança no sistema. Bolsonaro solapa a democracia brasileira ao lançar suspeitas
35 sobre o ato mais importante da cidadania. Seu objetivo não é a transparência, e sim
36 o caos. Seria conveniente que um seguidor tão fervoroso de Trump recordasse o
37 lamentável resultado da estratégia para o ex-presidente.

GOVERNO BOLSONARO > EDITORIAIS 1

Com as urnas não se mexe

Bolsonaro solapa a democracia brasileira ao criar desconfiança sobre o sistema de votação



Urna eletrônica em seção de votação em Igarapé-Miri, no Pará, em novembro de 2020. TARSO SARRAF (AFP)

≡ EL PAÍS

Opinião

EL PAÍS

26 MAY 2021 - 10:33 BRT



A menos de um ano e meio para as eleições presidenciais, [Jair Bolsonaro](#) embarcou em uma lesiva campanha de descrédito do atual sistema de [votação com urnas eletrônicas](#). Adotada há 25 anos, a urna eletrônica se destaca, segundo as autoridades eleitorais, por sua eficácia, segurança e transparência, sem ter dado lugar a nenhum incidente relevante em todo esse tempo. Com uma extensão de 8,5 milhões de quilômetros quadrados e algumas das zonas habitadas mais inacessíveis do mundo, o Brasil utiliza um sistema que, com razão, é admirado em muitos outros lugares.

Fonte: Jornal EL PAÍS, publicado em 26 de maio de 2021. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/opiniao/2021-05-26/com-as-urnas-nao-se-mexe.html>

O EL PAÍS, “o jornal global”, é um tabloide espanhol com edição diária. No Brasil, o EL PAÍS chegou com sua versão em português em 2013 e, desde então, foi taxado como jornal da esquerda, por seguir uma linha editorial progressista, principalmente em relação às questões sociais (ARIAS, 2017). O público-alvo da publicação seria todo leitor com acesso à internet que queira ler notícias em âmbito nacional e internacional, assim como colunas de opinião que tendem a apresentar um posicionamento progressista.

Retomando as definições de Charaudeau (2019) a respeito dos discursos da mídia, o editorial cumpre a função de *comentar o acontecimento*. Nesse sentido, o editorial do EL PAÍS se propõe a comentar as recentes tentativas do atual governo de implementar um tipo de voto impresso no sistema eleitoral brasileiro. Não se trata aqui de mais um texto com propósito de informar sobre o desenrolar deste fato, mas sim de um texto que tem a função de mostrar um ponto de vista do veículo de comunicação sobre tal acontecimento (CHARAUDEAU, 2019).

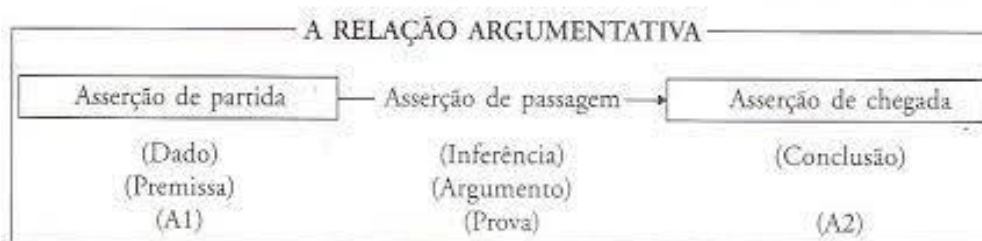
Para cumprir essa finalidade, a construção da relação argumentativa (CHARAUDEAU, 2014) do texto já inicia logo no título: “Com as urnas não se mexe” (linha 1). Essa é a *asserção de partida* ou A1, a premissa, a colocação sobre o mundo que representa o ponto de partida da lógica argumentativa.

Feita a asserção de partida, é preciso apresentar argumentos a favor deste posicionamento. Nesse texto, temos várias *asserções de passagem*, que são as inferências, os argumentos, as provas que suportam a premissa (CHARAUDEAU, 2014). Primeiro exemplo: “Adotada há 25 anos, a urna eletrônica se destaca, segundo as autoridades eleitorais, por sua eficácia, segurança e transparência, sem ter dado lugar a nenhum incidente relevante em todo esse tempo.” (linhas 6-8). Neste trecho, são dois argumentos: as autoridades eleitorais defendem que a urna é eletrônica é eficaz, segura e transparente, e que, em um período de 25 anos, o que se considera bastante tempo, não há registros de incidentes relevantes que possam contradizer tal eficácia, segurança e transparência. Cabe comentar que o fato de citar “autoridades eleitorais” agrega valor ao argumento, pois não é uma afirmação de quem escreve, e sim de alguém com autoridade no assunto, mesmo que não nomeado (KOCH; ELIAS, 2016).

Há também asserções no parágrafo entre as linhas 21 e 29, que, mesmo sem mencioná-los, rebatem todos os motivos que vêm sendo utilizados como justificativa para se suspeitar das urnas eletrônicas. Neste trecho, são apresentadas as diversas formas de controle do sistema de voto, com destaque para o trecho “Ao longo de todo o processo, a urna jamais é conectada à internet [...]” (linhas 25-26), já que um dos grandes argumentos daqueles que criticam a urna eletrônica é a possibilidade de interferência por hackers. Aqui, destaco o uso da palavra “jamais”, que imprime uma força a este argumento, uma vez que tal suspeita perde a validade quando se enfatiza o fato de que em momento algum a urna está conectada à rede, não estando, portanto, suscetível a ataques cibernéticos.

Por fim, no último parágrafo, temos a *asserção de chegada*, ou A2, a conclusão da relação argumentativa: não haverá mais transparência do que existe hoje caso seja implementado um “voto impresso e auditável”, pois é fato que o sistema atual é o mais transparente possível. Haverá sim a possibilidade do caos, movido pela desconfiança. Além disso, argumenta-se que a dita busca por mais transparência é um disfarce para uma tentativa de criar um descrédito infundado sobre o atual sistema eleitoral (linhas 33-37).

Ilustração – Esquema da relação argumentativa por Charaudeau



Fonte: Charaudeau (2014, p. 210).

É possível dizer, portanto, que as asserções de partida e chegada estão encadeadas por uma relação de *causalidade explicativa*, mesmo que sem um marcador textual, visto que poderíamos resumir a relação argumentativa da seguinte forma: com as urnas não se mexe **porque** lançar suspeitas (infundadas) sobre o atual sistema tende a gerar um caos, ao erodir a confiança no sistema eleitoral brasileiro, causando danos à democracia do país (CHARAUDEAU, 2014).

Para pensar a construção da relevância do tópico na argumentação empreendida neste editorial, é preciso analisar *procedimentos discursivos* que, por

meio de marcas linguísticas, produzem certos efeitos de persuasão (CHARAUDEAU, 2014). Neste editorial, a ocorrência de negações chama atenção, iniciando já no título e chegando até o último parágrafo. No total, são seis ocorrências de *não* (linhas 1, 14, 22, 29, 33 e 35), uma de *nenhum* (linha 8) e uma de *jamais* (linha 26), conforme ilustrado no quadro a seguir.

Quadro 1 – Ocorrências de negações no texto

Linha 1	Com as urnas não se mexe
Linhas 7-8	[...] sem ter dado lugar a nenhum incidente relevante em todo esse tempo.
Linha 14	Não é a primeira vez que faz isso.
Linha 22	[...] não houve prova alguma de fraude nas eleições feitas no Brasil.
Linha 26	Ao longo de todo o processo, a urna jamais é conectada à internet [...]
Linhas 28-29	O resultado é que o sistema brasileiro não foi posto em xeque nem dentro nem fora do país [...]
Linhas 32-33	É legítimo ponderar formas de melhorar o sistema, mas não erodir a confiança no sistema.
Linha 35	Seu objetivo não é a transparência [...]

Fonte: elaborado pela autora

Isso evidencia que transparece na argumentação um dizer que, pelo uso do **não**, traz a relevância do editorial em posicionar-se pela não possibilidade de se mexer nas urnas e no sistema eleitoral. Por isso, temos uma estratégia de repetição das negações, que aparece em todos os argumentos apresentados para enfatizar que não há irregularidades, não há prova de fraudes e não há questionamentos relevantes a respeito do sistema (KOCH; ELIAS, 2016). Da mesma forma, o **não** acompanha a conclusão final da lógica argumentativa: o objetivo final **não** é a transparência, portanto, **não** haverá resultado positivo em se criar uma insegurança em relação ao atual sistema, sendo o **sim** para o caos.

Além disso, outro procedimento discursivo que chama atenção, justamente por reiterar esse **não**, é a oposição. Todos os argumentos apresentados, que se somam para sustentar o ponto de vista do editorial, apontam para um mesmo sentido: o atual sistema de voto pela urna eletrônica é seguro. Temos três ocorrências de contraposição no texto, pelo uso do operador **mas** (linhas 12, 30 e 33), e todas introduzem o posicionamento contrário do presidente da República (KOCH; ELIAS, 2016).

Quadro 2 – Ocorrências de oposição no texto

<p>Conclusão C = todos consideram a urna eletrônica segura mas Conclusão não C = para o presidente a urna não é segura</p>	<p>Adotada há 25 anos, a urna eletrônica se destaca, segundo as autoridades eleitorais, por sua eficácia, segurança e transparência, sem ter dado lugar a nenhum incidente relevante em todo esse tempo. Com uma extensão de 8,5 milhões de quilômetros quadrados e algumas das zonas habitadas mais inacessíveis do mundo, o Brasil utiliza um sistema que, <u>com razão</u>, é admirado em muitos outros lugares. Mas, seguindo o rastro de <u>Donald Trump</u>, Bolsonaro decidiu, antecipando-se à campanha pela reeleição, lançar a sombra da fraude, <u>ao semear constantes dúvidas sobre a confiabilidade do sistema de votação</u>.</p>
<p>Conclusão C = todos consideram a urna eletrônica confiável mas Conclusão não C = o presidente não considera a urna confiável</p>	<p>O resultado é que o sistema brasileiro não foi posto em xeque nem dentro nem fora do país, salvo em redutos conspiracionistas, até agora marginais, mas em cujas teses Bolsonaro se baseia, principalmente quanto à possibilidade de auditar a votação. A frase “voto impresso e auditável” se tornou um dos mantras dos partidários do presidente.</p>
<p>Conclusão C = o sistema é bom e sempre pode melhorar mas</p>	<p>É legítimo ponderar formas de melhorar o sistema, mas não erodir a confiança no sistema. Bolsonaro solapa a democracia brasileira ao</p>

Conclusão não C = o presidente não propõe melhorias e cria desconfiança a respeito do que é bom	lançar suspeitas sobre o ato mais importante da cidadania.
---	--

Fonte: elaborado pela autora

Isso mostra que, enquanto todos os fatos apontam que a urna eletrônica é segura, Jair Bolsonaro vai na contramão, minando a confiança no sistema. Visando compreender a construção da relevância do tópico, entendo que tal estratégia discursiva serve para posicionar o editorial de encontro ao posicionamento público do presidente da república.

4.2 EDITORIAL GZH: DEMOCRACIA INEGOCIÁVEL

1 **Democracia inegociável**

2 Espera-se que os parlamentares, seguindo a percepção majoritária em Brasília,
3 sepultem de vez a proposta de emenda à Constituição (PEC) agora discutida sobre
4 voto impresso

5 É possível que vá a votação hoje no plenário da Câmara dos Deputados o projeto do
6 chamado voto impresso auditável, já derrotado por acachapante maioria na
7 comissão especial que tratava do tema, na semana passada.

8 Espera-se que os parlamentares, seguindo a percepção majoritária em
9 Brasília, sepultem de vez a proposta de emenda à Constituição (PEC) agora
10 discutida. Trata-se, sobretudo, da necessidade de encerrar um debate estéril, fora
11 de hora e despropositado. Afinal, como teve de admitir o próprio presidente Jair
12 Bolsonaro, não há uma prova sequer de fraude envolvendo as urnas eletrônicas,
13 que há mais de duas décadas e meia expressam com fidelidade a vontade dos
14 brasileiros na escolha de seus representantes.

15 Virado esse capítulo, seria conveniente que o presidente cessasse de vez os
16 ataques frontais e velados ao exitoso e seguro sistema eleitoral do país. É preciso
17 dar um basta aos discursos e atos que tentam minar a confiança da população na
18 urna eletrônica, que, aliás, deu fim definitivo a um período em que não eram raros
19 episódios de adulteração de resultados de pleitos pelo país. Eleições limpas,
20 periódicas e livres são um dos pilares da jovem democracia brasileira e, por isso,
21 precisam ser objeto de defesa inegociável e enfática das instituições e poderes, sem
22 tergiversações. A tentativa constante de tentar maculá-las com argumentos
23 enganosos é uma postura que tem de ser repudiada de forma veemente pela
24 sociedade.

25 Veio na hora precisa o manifesto divulgado na semana passada assinado por
26 empresários, banqueiros, economistas, acadêmicos e lideranças religiosas. O texto
27 se encerra ratificando a certeza de que o Brasil terá eleições no próximo ano e os
28 seus resultados serão respeitados. Não será aceito qualquer retrocesso, mas é
29 sintomático que, incrivelmente, em pleno 2021, seja preciso reafirmar preceitos

30 democráticos. De qualquer forma, a força da Constituição prevalecerá e qualquer
31 aventura estará fadada ao fracasso.

32 O debate sobre o reforço da segurança das urnas eletrônicas não precisa ser
33 interditado e pode retornar quando for recobrada a estabilidade política e
34 institucional. A questão é que, hoje, a discussão está contaminada, por estar
35 baseada em radicalismo, polarização exacerbada e em informações falsas. Mas,
36 agora, o assunto está longe de ser prioridade em uma nação repleta de problemas
37 para resolver. Enquanto gastam-se tempo e energia preciosos com um tema
38 extemporâneo, deixam-se de lado temas de grande urgência.

39 O país ainda tem uma pandemia para debelar. O desemprego segue elevado
40 e a miséria e a fome crescem. A inflação corrói a renda da população. Reformas
41 estruturantes, como a administrativa e a tributária, patinam. É premente recuperar a
42 defasagem no aprendizado de milhões de crianças e jovens. Enfim, problemas reais
43 à espera de respostas não faltam no Brasil. São pautas que devem estar muito à
44 frente de discussões calcadas em premissas fantasiosas e que servem apenas para
45 flertar com o golpismo e alimentar instintos antidemocráticos. O país tem de avançar,
46 e não retroceder.

OPINIÃO DA RBS

Democracia inegociável

Espera-se que os parlamentares, seguindo a percepção majoritária em Brasília, sepultem de vez a proposta de emenda à Constituição (PEC) agora discutida sobre voto impresso

10/08/2021 - 05h00min

COMPARTILHE:



É possível que vá a votação hoje no plenário da Câmara dos Deputados o projeto do chamado voto impresso auditável, já derrotado por acachapante maioria na comissão especial que



Fonte: GZH, publicado em 10 de agosto de 2021. Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2021/08/democracia-inegociavel-cks53eo10004i01937q1ozcm4.html>.

De acordo com informações disponíveis em seu próprio site, o GZH é

a marca de jornalismo digital do Grupo RBS e contempla conteúdos gerados pela Zero Hora e pela rádio Gaúcha, além de produções exclusivamente digitais [...] O Jornal Zero Hora, fundado em 1964, é o maior do Rio Grande do Sul e 5º maior do país. GZH tem 92 mil assinantes, com recorde de 30,1 milhões de usuários em março de 2020.” (GZH, 2021).

Na mesma página – Práticas Editoriais em GZH –, o texto destaca ainda que os editoriais publicados no portal representam a opinião do Grupo RBS, que a empresa não tem e não apoia partidos ou candidatos e que seu trabalho visa atender aos interesses públicos. Entre notícias de abrangência nacional e internacional e colunas de opinião diversas, espera-se que o público-alvo seja todo leitor interessado nas publicações e nos conteúdos que o Grupo RBS venha a oferecer, em especial, leitores gaúchos.

Sobre a construção da relação argumentativa neste texto, encontramos a asserção de partida (A1) no trecho entre as linhas 8 e 10: “Espera-se que os parlamentares, seguindo a percepção majoritária em Brasília, sepulsem de vez a proposta de emenda à Constituição (PEC) agora discutida.”. Este é o dado ou a premissa sobre o mundo em que se baseia a lógica argumentativa.

Em seguida, iniciam as asserções de passagem, os argumentos que explicam por que a proposta de emenda à Constituição que trata do voto impresso deve ser **sepultada**. Elas passam por diversos fatores, desde reforçar a confiabilidade do sistema de voto eletrônico atual (linhas 12-14); reafirmar que atos antidemocráticos não devem ser encarados de forma leviana (linhas 15-31); até enfatizar que, mesmo sendo o debate sobre a segurança do sistema de votos um assunto importante, que pode ser revisitado em momento oportuno, existem diversos problemas que precisam ser priorizados neste momento em nosso país (linhas 39-42).

Encontramos a conclusão, A2, no trecho entre as linhas 42 e 46: “São pautas que devem estar muito à frente de discussões calcadas em premissas fantasiosas e que servem apenas para flertar com o golpismo e alimentar instintos antidemocráticos. O país tem de avançar, e não retroceder.” Ou seja, é necessário que se encerre a discussão sobre o “voto impresso auditável”, para dar um basta aos delírios antidemocráticos, assim como para permitir que se olhe para os problemas reais no país, aquilo que realmente precisa de atenção.

Nesse caso, podemos dizer que a relação argumentativa está encadeada por uma lógica de *finalidade*, podendo ser reescrita da seguinte forma: “espera-se que os parlamentares sepultem de vez a PEC sobre o voto impresso **para** dar um basta aos instintos antidemocráticos que acompanham tal proposta, dando espaço para discussão dos problemas reais do país, uma vez que precisamos avançar, e não retroceder.” (CHARAUDEAU, 2014).

A fim pensar a construção da relevância do tópico na argumentação empreendida neste editorial, também se faz necessário olhar para os *procedimentos discursivos* que, por meio de marcas linguísticas, produzem certos efeitos de persuasão. Nesse sentido, destaca-se o uso de diversas marcas de *modalização*, que se fazem relevantes para a argumentação. Segundo Koch (2015), as modalidades podem ser lexicalizadas sob diversas formas de expressão, como expressões cristalizadas do tipo “é + adjetivo”, advérbios ou locuções adverbiais, verbos auxiliares modais, construções de auxiliar + infinitivo, entre outros. Ela aponta ainda que “os principais tipos de modalidade apontados pela lógica são: necessário/possível, certo/incerto, duvidoso, obrigatório/facultativo” (KOCH, 2015, p. 50). No quadro a seguir, apresento e classifico alguns exemplos essenciais para a expressão da intencionalidade que permeia o editorial.

Quadro 3 – Classificação das modalizações

<p>EIXO DO NECESSÁRIO</p>	<p>Linha 16: “É preciso dar um basta aos discursos e atos que tentam minar a confiança da população na urna eletrônica [...]”;</p> <p>Linha 21: “Eleições limpas, periódicas e livres [...] precisam ser objeto de defesa inegociável [...]”;</p> <p>Linha 23: “A tentativa constante de tentar maculá-las com argumentos enganosos é uma postura que tem de ser repudiada de forma veemente pela sociedade.”;</p> <p>Linha 45: “O país tem de avançar, e não retroceder.”;</p> <p>Linha 41: “É premente recuperar a defasagem no aprendizado de milhões de crianças e jovens.”;</p> <p>Linha 10: “Trata-se, sobretudo, da necessidade de encerrar um debate estéril, fora de hora e despropositado.”.</p> <p>Linha 43: “São pautas que devem estar muito à frente de discussões calcadas em premissas fantasiosas [...]”.</p>
-------------------------------	---

EIXO DO OBRIGATÓRIO	
EIXO DO POSSÍVEL	Linha 5: “ É possível que vá a votação hoje no plenário da Câmara dos Deputados o projeto do chamado voto impresso auditável [...]”; Linha 33: “O debate sobre o reforço da segurança das urnas eletrônicas [...] pode retornar quando for recobrada a estabilidade política e institucional.”.
EIXO DO CERTO	Linha 27: “O texto se encerra ratificando a certeza de que o Brasil terá eleições no próximo ano e os seus resultados serão respeitados.”

Fonte: elaborado pela autora

As escolhas lexicais, marcadas por essa modalização, contribui para tornar o texto mais contundente. Cito trechos com expressões em destaque, para exemplificar e, no quadro a seguir, trago algumas definições do dicionário, que corroboram tal afirmação: “Espera-se que os parlamentares [...] **sepulsem** de vez a proposta de emenda à Constituição (PEC) agora discutida sobre voto impresso.”; “[...] seria conveniente que o presidente **cessasse de vez** os ataques frontais e velados ao exitoso e seguro sistema eleitoral [...]”; “[...] precisam ser objeto de defesa **inegociável e enfática** das instituições e poderes, sem **tergiversações**.”; “**Não será aceito** qualquer retrocesso [...]”; “[...] a força da Constituição **prevalecerá** e qualquer aventura estará **fadada ao fracasso**.”

Quadro 4 – Definições segundo o Dicionário Aulete Digital

Sepulsem (linhas 3 e 9)	“(se.pul.tar) v. 1. Pôr em sepultura; ENTERRAR [td. : <i>sepultar os mortos.</i>] 2. Fazer desaparecer sob. [td. : <i>As lavas do Vesúvio sepultaram Pompeia.</i>] 3. Fig. Isolar(-se), enclausurar(-se). [tda. : <i>A tristeza o sepultou em sua casa: Em busca da paz, sepultou -se num mosteiro.</i>] 4. Fig. Dar fim a. [td. : <i>Aquela negativa sepultou suas esperanças.</i>]”
Cessasse (linha 15)	“(ces.sar) v.

	<p>1. Não continuar (certa ação ou processo), seja terminando-os (ou chegando ao fim), seja interrompendo-os (ou sendo interrompidos) abruptamente; PARAR [td. : <i>Em cinco minutos, <u>cessaram</u> todo o trabalho e esperaram novas instruções: <u>Cessou</u> imediatamente o choro quando viu o pai.</i></p> <p>2. Não voltar a ter (certa atitude) ou desistir de (um intento) [tr. + com : <i>A diretoria da firma <u>cessou com</u> as demissões.</i>]"</p>
Inegociável (linhas 1 e 21)	<p>“(i.ne.go.ci.á.vel) a2g.</p> <p>1. Que não se pode negociar ou que não permite negociação: <i>A empresa <u>apresentou proposta inegociável.</u>”</i></p>
Enfática (linha 21)	<p>“(en.fá.ti.co) a.</p> <p>1. Em que há ênfase; ENÉRGICO; VEEMENTE: <i>Gesto <u>enfático</u>: menção <u>enfática</u>”</i></p>
Tergiversações (linha 22)	<p>“(ter.gi.ver.sa.ção) sf.</p> <p>1. Ação ou resultado de tergiversar 2. Desculpa, rodeio, evasiva 3. Jur. Atitude ilícita praticada por advogado que simultaneamente defende o autor e o réu em processos conexos ou em um mesmo processo”</p>
Prevalecerá (linha 30)	<p>“(pre.va.le.cer) v.</p> <p>1. Ter mais peso ou valor; PREPONDERAR [tr. + a, sobre: <i>A lei <u>prevalece sobre</u> as vontades individuais] [int.: "No fim, a vontade dele <u>vai prevalecer.</u>" (O Dia, 11/04/03)]</i></p> <p>2. Continuar existindo; PERSISTIR [td./tda. : <i>Apesar dos esforços, a miséria ainda <u>prevalece</u> (no país).]</i>”</p>

Fonte: quadro elaborado pela autora. Definições lexicais de dicionário Aulete Digital,

disponível em: <https://aulete.com.br/index.php>.

Assim, toda escolha lexical, marcada pelo discurso modalizador, coloca a relevância, neste editorial, para a **necessidade** de reação frente à proposta de interferência no sistema de voto eletrônico, assim como concentrar esforços em abordar problemas reais que assolam o país.

4.3 EDITORIAL FOLHA DE S.PAULO: ENSAIO DE DITADOR

1 **Ensaio de ditador**

2 Inação de PGR e Congresso põe democracia em risco; é preciso reagir, até por
3 sobrevivência

4 Jair Messias Bolsonaro é um presidente contra a Constituição. Comete
5 desvarios em série na sua fuga rumo à tirania e precisa ser parado pela lei que
6 despreza.

7 Há loucura e há método na sequência de investidas contra a democracia e o
8 sistema eleitoral, ao passo que o país é duramente castigado pela ausência de
9 governo. São demasiadas horas perdidas com mentiras, picuinhas
10 e bravatas enquanto brasileiros adoecem, morrem e empobrecem.

11 Os danos na saúde, na educação e no meio ambiente, cujos ministérios têm
12 sido ocupados por estafermos, serão sentidos ao longo de gerações.

13 Os juro sobem e a perspectiva de crescimento cai quando há nada menos
14 que 14,8 milhões de desempregados. A disparada nos preços de energia e
15 comida vitima os mais pobres. Artimanhas para burlar a prudência orçamentária
16 afugentam investidores.

17 Aqui a insânia encontra o cálculo. Ao protótipo de ditador cujo governo
18 fracassou resta enxovalhar as instituições e ameaçá-las de ruptura pela força.

19 Mas o uivo autoritário encontrou reação firme de agentes da lei. O Supremo
20 Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral incluíram o presidente da República
21 em inquéritos, que precisam ir até o fim.

22 Os presidentes da Câmara e do Senado e o procurador-geral da República,
23 no entanto, não entenderam o jogo. Por ingenuidade ou interesse equivocado,
24 associam-se a uma figura que se pudesse fecharia o Congresso, o Ministério
25 Público e o Supremo.

26 Falta ao procurador Augusto Aras perceber que a vaga que ambiciona no STF
27 de nada valeria em um regime de exceção; ao deputado Arthur Lira (PP-AL), que
28 a pusilanimidade de hoje não seria recompensada com mais poder em uma
29 ditadura.

30 A deliberação sobre os pedidos de impeachment torna-se urgente. Da mesma
31 maneira, os achados e conclusões da CPI da Pandemia devem desencadear

32 a responsabilização do presidente. À Procuradoria cumpre exercer a sua
33 prerrogativa de acionar criminalmente o chefe do governo.

34 A inação de Aras e Lira põe em risco a democracia; é preciso reagir, até pela
35 própria sobrevivência.

FOLHA DE S.PAULO

HÁ 100 ANOS ★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 101 ★ Nº 33.728

SEXTA-FEIRA, 6 DE AGOSTO DE 2021

R\$ 5,00

Bolsonaro diz estar chegando hora de deixar Constituição, e Fux reage

Presidente redobra ameaça golpista e ataca Moraes e Barroso; chefe do STF desmarca reunião entre os três Poderes

EDITORIAL

Ensaio de ditador

Inação de PGR e Congresso põe democracia em risco; é preciso reagir, até por sobrevivência

Jair Messias Bolsonaro é um presidente contra a Constituição. Comete desvarios em série na sua fuga rumo à tirania e precisa ser parado pela lei que despreza.

Há loucura e há método na sequência de investidas contra a democracia e o sistema eleitoral, ao passo que o país é duramente castigado pela ausência de governo. São demasiadas horas perdidas com mentiras, picuinhas e bravatas enquanto brasileiros adoecem, morrem e empobrecem.

Os danos na saúde, na educação e no meio ambiente, cujos ministérios têm sido ocupados por estafetas, serão sentidos ao longo de gerações.

Os juros sobem e a perspectiva de crescimento cai quando há nada menos que 14,8 milhões de desempregados. A disparada nos preços de energia e comida vitima os mais pobres. Artimanhas para burlar a prudência orçamentária afugentam investidores.

Aqui a insanía encontra o cálculo. Ao protótipo de ditador cujo governo fracassou resta enxovalhar as instituições e ameaçá-las de ruptura pela força.

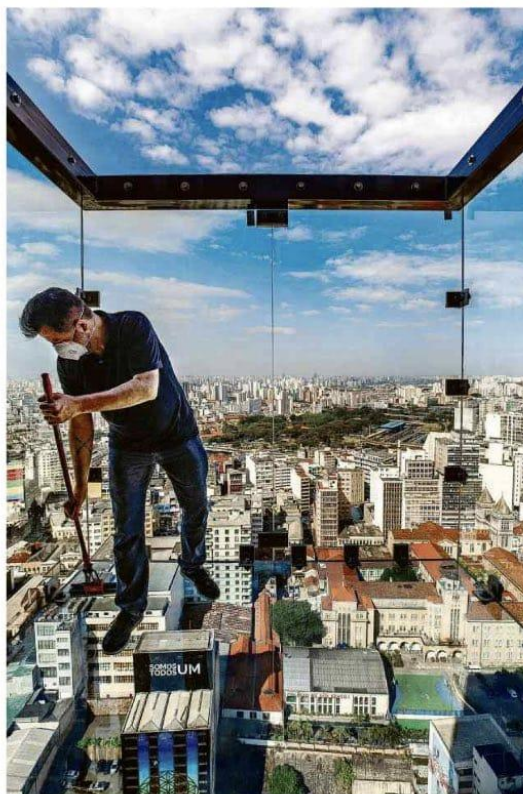
Mas o uivo autoritário encontrou reação firme de agentes da lei. O Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral incluíram o presidente da República em inquéritos, que precisam ir até o fim.

Os presidentes da Câmara e do Senado e o procurador-geral da República, no entanto, não entenderam o jogo. Por ingenuidade ou interesse equivocados, associam-se a uma figura que se pudesse fecharia o Congresso, o Ministério Público e o Supremo.

Falta ao procurador Augusto Aras perceber que a vaga que ambiciona no STF de nada valeria em um regime de exceção; ao deputado Arthur Lira (PP-AL), que a pusilanidade de hoje não seria recompensada com mais poder em uma ditadura.

A deliberação sobre os pedidos de impeachment torna-se urgente. Da mesma maneira, os achados e conclusões da CPI da Pandemia devem desencadear a responsabilização do presidente. A Procuradoria cumpre exercer a sua prerrogativa de acionar criminalmente o chefe do governo.

A inação de Aras e Lira põe em risco a democracia; é preciso reagir, até pela própria sobrevivência.



CAPITAL PAULISTA GANHA NOVO MIRANTE NO CENTRO

Homem limpa chão de vidro do Sampa Sky, que fica a 150 metros de altura, no 42º andar do edifício Mirante do Vale; atração passa a receber visitantes a partir de domingo (8) *Guia C7*

Jair Bolsonaro redobrou a ameaça golpista, atacou o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, e repetiu que pode abandonar o campo democrático — em breve. O presidente fez as declarações e ameaças durante programa da Rádio 93 FM, emissora gospel do Rio.

"Agora dele [Moraes] vai chegar. Porque está jogando fora das quatro linhas da Constituição há muito tempo. Não pretendo sair das quatro linhas para questionar essas autoridades, mas acredito que o momento está chegando", disse. "Não dá para continuarmos com ministro arbitrário, ditatorial".

Bolsonaro intensificou as declarações contra o STF, o sistema eleitoral e a democracia depois que Moraes o incluiu como investigado no inquérito que apura a disseminação de fake news eleitorais.

A decisão acata pedido do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Luís Roberto Barroso, que por sua vez reagiu às reiteradas afirmações do chefe do Executivo sobre fraudes no sistema eleitoral, carentes de prova.

Bolsonaro tem falado em condicionar a eleição de 2022 à impressão do voto, o que acirra a crise entre os três Poderes e põe em xeque a democracia.

Presidente do STF, Luiz Fux cancelou reunião prevista entre os chefes dos Poderes. "O presidente da República tem reiterado ofensas e ataques de inverdades a integrantes desta corte. (...) Quando se atinge um dos integrantes, se atinge a corte por inteiro". *Poder A4*

Fonte: Jornal Folha de S.Paulo, publicado em 05 de agosto de 2021. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2021/08/ensaio-de-ditador.shtml>

A Folha de S.Paulo, ou simplesmente, a Folha, é o jornal de maior circulação do país. Em sua página online, a publicação apresenta seu “projeto editorial”, que diz que “[...] jornais pautados pelo diálogo pluralista fazem contraponto à intolerância que assola as redes sociais, acentuada pela recente onda internacional de populismo nacionalista ultraconservador.” (FOLHA, 2019). No mesmo documento, diz ainda que “mantém uma perspectiva liberal diante da economia, da política e dos costumes. Reitera que procura praticar um jornalismo crítico, apartidário e pluralista.” (FOLHA, 2019). O veículo traz notícias e colunas de opinião sobre temas de nível nacional e internacional e o público-alvo é todo leitor que tenha interesse, e possa pagar para ter acesso aos conteúdos da publicação, uma vez que a maior parte de seu conteúdo está bloqueado para não-assinantes.

Acho oportuno comentar que, ao contrário dos demais, eu não procurei esse texto para o propósito da pesquisa, ele me encontrou em uma rede social. Quando o li pela primeira vez, em sua configuração original, em uma reprodução da capa do jornal impresso em que fora publicado, sabia que esse texto precisava fazer parte deste trabalho. O primeiro impacto causado por esse editorial é justamente o fato de estar na capa do jornal impresso, além de também estar disponível na versão digital.

Da linha 4 a linha 6, temos a asserção de partida (A1) da relação argumentativa nesse texto: “Jair Messias Bolsonaro é um presidente contra a Constituição. Comete desvarios em série na sua fuga rumo à tirania e precisa ser parado pela lei que despreza.”. A premissa a ser defendida nesse editorial é de que o presidente da República e seus atos antidemocráticos precisam ser parados pelo judiciário. Nesse sentido, esse texto tem um alvo diferenciado. Obviamente considera-se os leitores do jornal como um todo, mas espera-se que a mensagem chegue diretamente àqueles que o veículo julga que têm o poder para parar o presidente. Essa é a finalidade da argumentação empreendida aqui.

Apesar do tema da defesa da democracia estar presente nos três textos escolhidos, esse último editorial se diferencia dos demais na abordagem. O foco da argumentação aqui é apelar aos presidentes da Câmara e do Senado e ao PGR que tomem providências para impedir uma ruptura da democracia brasileira. Sendo assim, os argumentos explicam os motivos pelos quais há a necessidade de ação, detalhando o atual cenário econômico e político. Isso aparece nas linhas 7 até 18: “[...] o país é duramente castigado pela ausência de governo.”; “São demasiadas horas perdidas com mentiras, picuinhas e bravatas enquanto brasileiros adoecem,

morrem e empobrecem.”; “Os juros sobem e a perspectiva de crescimento cai quando há nada menos que 14,8 milhões de desempregados. A disparada nos preços de energia e comida vitima os mais pobres.”; “Ao protótipo de ditador cujo governo fracassou resta enxovalhar as instituições e ameaçá-las de ruptura pela força.”.

Já na linha 19, há a introdução de uma oposição, através do uso do operador **mas**: “Mas o uivo autoritário encontrou reação firme de agentes da lei. O Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral incluíram o presidente da República em inquéritos, que precisam ir até o fim.”. Ou seja, a realidade descrita nas colocações até ali são preocupantes, graves, porém há esperança de mudança de cenário caso haja a resposta, a ação para deter aquele que é posto como responsável pelo atual cenário. Esta asserção ainda é finalizada com o uso do verbo modalizador **precisam**, com apelo à **necessidade** de se levar a cabo as ações de combate às ameaças autoritárias.

No parágrafo seguinte, da linha 22 até 25, há uma nova oposição, marcada pelo uso de **no entanto**, que contrapõe que há ainda figuras importantes, nomeadas diretamente, que precisam fazer o mesmo movimento daqueles citados no parágrafo anterior, mas ainda não o fizeram. É uma convocação para a ação destes que foram escolhidos para defender os interesses dos cidadãos brasileiros.

Logo em seguida, temos a asserção de chegada (A2), que, assim como nos outros textos, está na conclusão do editorial: “A deliberação sobre os pedidos de impeachment torna-se urgente. Da mesma maneira, os achados e conclusões da CPI da Pandemia devem desencadear a responsabilização do presidente. À Procuradoria cumpre exercer a sua prerrogativa de acionar criminalmente o chefe do governo. A inação de Aras e Lira põe em risco a democracia; é preciso reagir, até pela própria sobrevivência.”. Ou seja, se partimos da colocação que o chefe do executivo está contra a Constituição e precisa ser parado pela lei, logo, conclui-se com sugestões de como ele poderia ser responsabilizado – através dos inúmeros pedidos de impeachment, pela CPI da Pandemia ou ainda acionando-o criminalmente por seus atos. No parágrafo final, há a indicação de que a responsabilidade pela manutenção da democracia do país está nas mãos dessas pessoas, logo, a falta de ação por parte delas é um prejuízo a toda a nação. Mas se isso não for o suficiente para fazê-las agir, que o façam por interesses próprios, uma vez que a ausência da democracia ameaça suas próprias posições de poder.

Assim sendo, podemos dizer que a relação argumentativa no texto está encadeada por uma lógica de consequência: “Se A1, *então* A2” (CHARAUDEAU, 2014, p. 211). **Se** o presidente da República representa uma ameaça para a democracia do país, **então** aqueles que têm o poder para e a função de proteger a democracia, precisam pará-lo.

Volto a considerar os *procedimentos discursivos*, a fim de entender a construção da relevância do tópico nesse editorial, lembrando que, antes de olhá-lo como *sujeito analisante*, eu o olhei como leitora. Houve um incômodo causado pela forma como ele foi escrito então, que agora faz sentido para entender sua estratégia argumentativa. Há uma rica contradição no fato de que, embora o texto tenha sido publicado na capa do jornal, fora escrito com uma linguagem tão pedante, que acaba por tornar-se quase inacessível para muitos leitores.

São vários exemplos de escolhas lexicais que não podem ser ao acaso, porque causam uma estranheza ao leitor, que pode precisar buscar pelo significado dos vocábulos para assegurar-se de que está entendendo o posicionamento da publicação. Para elucidar esse apontamento, no quadro a seguir, trago alguns exemplos do vocabulário empregado, com suas respectivas definições, de acordo com o dicionário Aulete digital.

Quadro 5 - Definições segundo o Dicionário Aulete Digital

Desvarios (linha 5)	<p>“(des.va.ri.o) sm. 1. Procedimento enlouquecido ou insensato; DESATINO; INSENSATEZ: <i>Cometeu o <u>desvario</u> de dar-lhe um tapa.</i> 2. Insanidade mental; DEMÊNCIA 3. Grande disparate; [...]”.</p>
Picuinhas (linha 9)	<p>“(pi.cu: i.nha) sf. 1. Atitude cuja intenção é contrariar, aborrecer alguém; PIRRAÇA 2. Comportamento hostil que revela desconfiança gratuita; PREVENÇÃO [...]”.</p>
Bravatas (linha 10)	<p>“(bra.va.ta) sf.</p>

	<p>1. Dito ou ação, atitude etc. que expressam presunção (de quem o faz ou adota) de qualidades, poderes, feitos etc. muitas vezes fictícios ou exagerados; FANFARRONICE</p> <p>2. Ameaça ou provocação arrogante</p> <p>3. Demonstração desnecessária e às vezes perigosa de ousadia, afoiteza etc.”</p>
Estafermos (linha 12)	<p>“(es.ta.fer.mo)</p> <p>[ê]</p> <p>sm.</p> <p>1. Pop. Pessoa parada e embasbacada; BASBAQUE</p> <p>2. Pop. O que dificulta a realização de algo; ESTORVO</p> <p>3. Pop. Pessoa sem préstimo, e que ainda dificulta a ação, atividade, tarefa de outrem; INÚTIL.”</p>
Artimanhas (linha 15)	<p>“(ar.ti.ma.nha)</p> <p>sf.</p> <p>1. Modo hábil de enganar alguém para conseguir alguma coisa; ARDIL; ARTIFÍCIO;”</p>
Insânia (linha 17)	<p>“(in.sâ.ni:a)</p> <p>sf.</p> <p>1. Condição do que ou de quem está insano; DEMÊNCIA; LOUCURA: <i>Foi internado no hospital por <u>insânia</u>.</i> [Antôn.: sanidade]</p> <p>2. Ato ou comportamento insano, insensato: <i>Cometeu uma porção de <u>insânias</u> quando saiu de férias.</i>”</p>
Enxovalhar (linha 18)	<p>“(en.xo.va.lhar)</p> <p>v.</p> <p>1. Fazer ficar ou ficar sujo, manchado, enodado; ENODOAR; MANCHAR; SUJAR [td. : O menino <u>enxovalhou</u> as calças brincando na lama] [tdr. + de : <u>Enxovalhou</u> -se todo <u>de</u> lama]</p> <p>2. Fig. Dirigir ofensas, insultos a; DESONRAR; MACULAR [td. : <i>Aqueles mexericos <u>enxovalhavam</u> a memória do senador</i>] [int. : <u>Enxovalhou</u> -se, envolvendo-se em</p>

	<p><i>corrupção]</i></p> <p>3. Fig. Insultar, ofender; INJURIAR; INSULTAR; OFENDER [td. : <i>Enxovalhou a mulher na frente dos vizinhos]</i></p> <p>4. Tornar(-se) amarrotado, amarfanhado em virtude do uso [td. : <i>Vestiu a camisa mesmo depois de a enxovalhar]</i> [int. : <i>Na longa viagem de trem, seu vestido enxovalhou-se.</i>]</p> <p>5. Mar. Molhar(-se) pela ação das ondas [td. : <i>A água do mar enxovalhou o convés]</i> [int. : <i>Com a ressaca, o deque enxovalhou-se.</i>]</p> <p>6. Desarranjar o funcionamento de (algo); ESTRAGAR [td. : <i>A batida enxovalhou o sistema de freio do ônibus</i>”]</p>
Pusilanimidade (linha 28)	<p>“(pu.si.la.ni.mi.da.de)</p> <p>sf.</p> <p>1. Condição ou característica de quem é pusilânime; frouxidão de ânimo, de vontade.</p> <p>2. Covardia; POLTRONICE.”</p>
Prerrogativa (linha 33)	<p>“(prer.ro.ga.tí.va)</p> <p>sf.</p> <p>1. Direito especial, próprio de um cargo, posição etc. (<u>prerrogativa</u> real)</p> <p>2. Vantagem exclusiva dos indivíduos de determinado grupo; PRIVILÉGIO; REGALIA.”</p>

Fonte: quadro elaborado pela autora. Definições lexicais de dicionário Aulete Digital, disponível em: <https://aulete.com.br/index.php>.

Assim, entendo que tais escolhas na elaboração do texto apontam para uma relevância do tópico que se caracteriza por causar um desconforto, por apresentar uma assertividade tão intensa, marcada por esse vocabulário incomum. Nesse sentido, questiono se não seria o próprio editorial uma amostra da exclusão inerente à tirania? Se seria o texto em si um *ensaio* de ditador?

4.4 PROBLEMATIZANDO A CONSTRUÇÃO DA RELEVÂNCIA DO TÓPICO

A fim de concluir a análise dos textos, sinto a necessidade de retomar alguns princípios sobre linguagem a argumentação e, para isso, recorro às palavras de Ingedore Koch:

Quando interagimos através da linguagem (quando nos propomos a jogar o “jogo”), temos sempre objetivos, fins a serem atingidos; há relações que desejamos estabelecer, efeitos que pretendemos causar, comportamentos que queremos ver desencadeados, isto é, pretendemos *atuar* sobre o(s) outro(s) de determinada maneira, obter dele(s) determinadas reações (verbais ou não verbais). É por isso que se pode afirmar que o uso da linguagem é essencialmente argumentativo: pretendemos orientar os enunciados que produzimos no sentido de determinadas conclusões (com exclusão de outras). (KOCH, 2015, p. 29, grifos da autora).

Dito isso, ao finalizar a análise dos três textos, de forma individual, acredito poder afirmar que os editoriais analisados estão inscritos em uma finalidade de *fazer crer*. Especificamente, fazer crer que aquele que ocupa o posto de presidente da República representa uma ameaça para a democracia do país. Porém, a forma como cada texto aborda o tema e argumenta sobre ele, acaba por dar relevância a aspectos completamente diferentes sobre o tópico.

Como já mencionado no início deste capítulo, quando me coloquei na posição de um *sujeito analisante*, eu o fiz ciente de que cada texto que compunha o corpus de pesquisa fora elaborado com sua própria intencionalidade. Em nenhum momento pretendi avaliar ou opinar sobre o conteúdo ou qualidade dos argumentos expostos em cada texto, mas sim, buscar entender onde se encontra a relevância do tópico sobre o qual o editorial está debruçado.

Porém, ao fazer este movimento, cheguei com “ferramentas” e expectativas para realizar uma análise que talvez não responda o que estou perguntando. Atrevo-me a dizer, então, que a relevância do tópico do texto não se dá *a priori* e, por isso, não devo olhar para o texto sabendo o que devo procurar ou que quero encontrar. Ao fazer isso, perco parte de uma troca genuína do contexto de comunicação, ao encarar o texto com o objetivo exclusivo de obter respostas dele, sobre ele.

Mesmo podendo contar com as regularidades de textos de um mesmo gênero discursivo, que exploram várias das mesmas estratégias e marcas linguístico-discursivas, **a significação é sempre única de cada texto, singular**. Seria

pretensão minha, como *sujeito analisante*, abordá-los como se já soubesse o que iria encontrar. Dessa forma, proponho um diálogo com o trabalho de Duarte e Vier (2020, p. 4) que, apesar de abordar o texto literário, fala sobre o que compreendi dessa análise: “[...] o ato de decifrar signos não diz de algo a ser desvendado, mas algo a ser significado, porque isso é próprio da linguagem. [...] o que lemos é sempre o discurso, e não a comunicação de um dizer, pois a escrita é representação da língua e não a própria língua.”

O que acabei percebendo é que a relevância do tópico não está no texto em si, mas sim no discurso. E, portanto, essa relevância está numa construção que vai além da relação argumentativa que se revela nas asserções de partida, de chegada e de passagem. Assim como, também está além das marcas linguísticas que deixam rastros de procedimentos discursivos. A relevância do tópico está na junção de tudo isso, aliado à situação comunicacional de produção do texto, na totalidade da sua intencionalidade e na sua proposta sobre o mundo. A relevância do tópico está no encontro entre locutor, texto e interlocutor, pois como elaboram Koch e Elias (2016, p. 34, grifo das autoras), “O texto é como um *iceberg*: ele apresenta uma pequena parte na superfície da água (os elementos linguísticos que compõem sua materialidade) e uma imensa superfície subjacente (todos os conhecimentos que necessitam ser ativados para a produção de um sentido).”.

5 CONCLUSÃO

Para poder chegar às conclusões e considerações finais deste trabalho de pesquisa, retomo o início da caminhada do percurso que me trouxe até aqui. A começar pela escolha do tema da pesquisa, que não foi simples. Após algum período de angústia, com a ajuda da minha orientadora, defini que seria interessante pesquisar sobre argumentação. Para delimitar este tema tão amplo, logo percebi que gostaria de trabalhar com discurso midiático, mais especificamente, com textos do gênero editorial, visto que este gênero tem um apelo para mim, como leitora.

Assim sendo, o objetivo geral da pesquisa foi analisar de que forma se constrói a relevância do tópico desenvolvido na argumentação em textos do gênero editorial na mídia. Para isso, na fundamentação teórica do trabalho de pesquisa, apresentei as características do gênero editorial e defini argumentação como prática social, a partir das concepções de Charaudeau (2004; 2014; 2019) e Koch & Elias (2016). Resumi, também, algumas marcas linguístico-discursivas do *argumentar*. Com esse embasamento teórico, propus um olhar sobre os textos para refletir sobre essa construção da relevância do tópico.

De uma vasta gama de opções de temas, pré-selecionei quinze textos, dos quais escolhi apenas três para compor o corpus da pesquisa, considerando o tempo hábil para realizar a análise. Analisei, então, os três editoriais, cada um de um veículo diferente, porém com um tema em comum: ameaças à democracia brasileira. Foram analisados os textos na seguinte ordem: partindo do editorial do jornal EL PAÍS Brasil: *Com as urnas não se mexe*, seguido pelo editorial da GaúchaZH: *Democracia inegociável* e finalizando com o editorial do jornal Folha de S.Paulo: *Ensaio de Ditador*.

A análise de cada texto se deu em dois movimentos: a definição da relação argumentativa e a identificação de marcas linguísticas que deixam rastros sobre a relevância do tópico. No primeiro texto, foi possível identificar claramente uma relação argumentativa encadeada por uma lógica de *causalidade explicativa*. Foi possível identificar também que uso repetitivo de negações na argumentação contribuiu para enfatizar a relevância do posicionamento do editorial. No segundo texto, foi possível identificar que a relação argumentativa está encadeada por uma lógica de *finalidade*. Verificou-se também o uso de um discurso repleto de modalizadores que deixou transparecer um posicionamento contundente do editorial

em relação ao tópico apresentado. No terceiro e último texto analisado, foi possível identificar uma relação argumentativa encadeada por uma lógica de *consequência*. Aqui, novamente, há um destaque para as escolhas lexicais um tanto inusitadas – a exemplo de “pusilinamidade”, “estafermos” e “enxovalhar” – mas que contribuem diretamente na construção do projeto de fala no editorial (CHARAUDEAU, 2014).

Ao finalizar a análise dos editoriais escolhidos, percebi que o que me levou a olhar para este gênero discursivo talvez não seja o que eu realmente encontrei. O que analisei ajuda sim a compreender a construção da relevância do tópico que cada texto se propõe a discutir, mas a verdade é que a relevância não está somente no texto em si. Concluo que há muito mais para ser explorado no encontro entre o texto, o contexto discursivo, as intencionalidades e as leituras possíveis. Acabo por me dar conta de que, assim como não há receita pronta para escrever um texto, não há para ler e nem para analisar.

Acredito que esta pesquisa esteja limitada por seu corpus reduzido e, talvez, por ter almejado responder a uma pergunta mais complexa do que a análise proposta daria conta. Talvez, como sugestão de pesquisa futura, seria mais apropriado analisar regularidades em textos do gênero editorial publicados pelo mesmo veículo midiático, em épocas diferentes, sobre diversas temáticas, para averiguar padrões no posicionamento que se revela através de escolhas linguístico-discursivas.

Por fim, dizer que a experiência de realizar este trabalho de pesquisa foi desafiadora seria dizer o mínimo. O que começou como uma proposta segura, dentro da minha zona de conforto, acabou não sendo o que eu esperava. Como docente em formação, termino este trabalho com mais certeza de que é preciso explorar textos de formas diferentes em sala de aula. Se eu ainda fico impressionada com a riqueza de possibilidades de reflexões sobre a linguagem, sobre o discurso, é meu dever como professora também proporcionar aos alunos experiências que explorem as belezas do *argumentar*.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth. **Argumentação e Análise do Discurso**: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação. Ilhéus, n.1, p.129-144, nov.2011.
- ARIAS, Juan. **O EL PAÍS é um jornal de esquerda?**. EL PAÍS, 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/22/opinion/1487788532_309244.html. Acesso em: 01 de nov. 2021.
- AULETE**, C. **Aulete Digital**. Dicionário contemporâneo da língua portuguesa: Dicionário Caldas **Aulete**, online. Lexikon Editora digital.
- AZEVEDO, Débora. **Métodos e procedimentos de pesquisa**: do projeto ao relatório final / Debora Azevedo, Lisiane Machado; Lisiane Vasconcelos da Silva (org.). – São Leopoldo: Unisinos, 2011.
- CHARAUDEAU, Patrick. A argumentação talvez não seja o que parece ser. In.: GIERING, M. E.; TEIXEIRA, M. (Org.). **Investigando a linguagem em uso**: estudos em linguística aplicada. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2004. p. 33-44.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. 2. ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. Coordenação da equipe de tradução Angela M. S. Corrêa & Ida Lúcia Machado. 2. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.
- Com as urnas não se mexe**. EL PAÍS, 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2021-05-26/com-as-urnas-nao-se-mexe.htm>. Acesso em: 01 de set. de 2021.
- COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. 3. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- Democracia inegociável**. GauchaZH, 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2021/08/democracia-inegociavel-cks53eo10004i01937q1ozcm4.html>. Acesso em: 01 de set. de 2021.
- DUARTE, M. L.; VIER, S. Quando ler é criar: princípios para planejar vivências literárias na escola. **Itinerarius Reflectionis**, [S. l.], v. 15, n. 4, p. 01–11, 2020. DOI: 10.5216/rir.v15i4.60179. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/60179>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- Ensaio de ditador**. FOLHA DE S.PAULO, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/08/ensaio-de-ditador.shtml>. Acesso em: 01 de set. de 2021.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 11. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

KOCH, Ingedore; ELIAS, Vanda. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.

KOCHE, Vanilda Salton. **Leitura e produção textual**: gêneros textuais do argumentar e expor. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SIEBERT, Silvânia; PEREIRA, Israel Vieira. **A pós-verdade como acontecimento discursivo**. Linguagem em (Dis)curso – LemD, Tubarão, SC, v. 20, n. 2, p. 239-249, maio/ago. 2020.